



www.unimedprudente.com.br
Av. Cel. José Soares Marcondes, 3.355
19.050-230 - Jd. Bongiovani - Presidente Prudente - SP
T. (18) 2101-8311

RTA-057-2023

Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022 e de 2021**



UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 44.863.959/0001-26

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
Demonstrações financeiras	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais - Ativo	12
Balancos patrimoniais - Passivo	13
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19
Parecer o Conselho Fiscal Sobre as Demonstrações Financeiras da Unimed Presidente Prudente findo em 31 de dezembro de 2022	56



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico, fundada em 1971, tendo completado seus 50 anos em 2021, findando o de 2022 com 101.575 beneficiários de plano de saúde, em 2023 a cooperativa passa para a ser classificada como operadora de grande porte, e, 537 médicos cooperados. Está situada na região Centro Oeste Paulista, tendo obtido em 2022 faturamento total de contraprestações no montante de R\$ 412.879 (quatrocentos e doze milhões e oitocentos e setenta e nove mil reais) dos quais foram consumidos R\$ 347.684 (trezentos e quarenta e sete milhões e seiscentos e oitenta e quatro mil reais) em assistência à saúde de seus clientes/beneficiários.

CENÁRIO E CONCORRÊNCIA

- Com cenário de instabilidade econômica devido a possíveis mudanças nas políticas governamentais em razão da troca de Governo do País; com os investidores evitando maiores riscos, e, não aceleração da produção para aumento da competitividade do país; inflação em alta e escassez de insumos na área da saúde devido a guerra entre Rússia e Ucrânia, que impactou a economia global e aumento em 20% o custo da saúde conforme matéria publicada na mídia escrita nacional.
- Os custos com a assistência à saúde foram os maiores desde a criação da ANS, tendo o setor até 30/09/2022, apurado um déficit acumulado de R\$ 3,4 bilhões de reais, ou seja, grandes, médias e pequenas operadoras foram impactadas com a elevação dos custos.
- Com a inflação em alta e redução do poder aquisitivo da população, no ano foi difícil de equilibrar as contas, não apurando resultados negativos àquelas operadoras que estavam capitalizadas, pois, geram resultado devido ao ganho no mercado financeiro.
- Mesmo diante deste frágil cenário a Cooperativa cresceu e passou de 100.000 (cem mil) vidas.
- A concorrência também acirrou-se vendendo a preços mais acessíveis, porém, com limitação de atendimento prévio em sua rede própria.

Foi foco desta diretoria consolidar as boas práticas de governança e começar a desenvolver o projeto pagamento por performance e outras formas de remuneração por procedimentos. O projeto encontra-se em andamento.

Environmental, Social and Governance (ESG)

A sigla ESG definida pelo mercado favorece as empresas que possuem boas práticas e investimentos em projetos ambientais, sociais e de governança.

Neste sentido a Unimed de Presidente Prudente, apoia projetos de recuperação de mananciais hídricos, inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e esporte atrelado ao rendimento escolar de crianças das escolas pública, alinhado sempre as diretrizes do GRI – *Global Reporting Initiative*.



GOVERNANÇA, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

Alinhado as boas práticas de Governança definidas pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, a Unimed de Presidente Prudente criou em 2018 o Comitê de Governança Corporativa, tendo consolidado todas as políticas e normas internas, aprovadas no Comitê de Governança e no Conselho de Administração, assim como, regulamentos dos Conselhos e, operacionais, além do regimento interno dos Cooperados. Criou o comitê de especialidades como forma de ouvir as expectativas dos seus associados (quotistas). Mantém atualizado o portal de relacionamento com os investidores e todos os stakeholders, no endereço www.portalri.unimedprudente.com.br.

No ano de 2022 foi definida a política de partes relacionadas, a LPR- Lista de Partes Relacionadas e o fluxo interno para garantia da identificação de conflitos de interesse nas operações efetuadas pela Cooperativa e decisões dos Conselhos.

Por sua característica de sociedade Cooperativa, cada cooperado (sócio) possui direito a um voto nas decisões assembleares, existe a prestação de contas trimestral e anual, planejamento estratégico de longo prazo com orçamento anual e mapeamento de todos os processos internos. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos anualmente não podendo ser renovado mais de 1/3 de seus membros.

Para garantia da satisfação dos clientes com qualidade na prestação dos serviços, possui, escritório da qualidade, auditoria interna e setor de gestão de riscos e *compliance*.

O código de conduta aprovado e o canal de denúncias, constante no portal ri., assim como atuação do comitê de ética, são instrumentos que visam garantir/mitigar denúncias de assédio, riscos de fraudes, crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, instrumentos estes amplamente divulgados interna e externamente, constante inclusive no processo de homologação de fornecedores.

Toda esta estrutura de governança, possibilitou a Cooperativa ser premiada com o Selo Prata no nível II de Compromisso com Excelência que aponta a nível estadual a excelência da gestão e governança de Cooperativas em geral, certificado pela Fundação Nacional da Qualidade e SESCOOP/OCB.

Em relação a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados a Cooperativa finalizou sua implantação em 2021, aprovando a política de proteção de dados, nomeou o DPO, e, consolidou seus processos de criptografia do banco de dados, mascaramento de dados pessoais no ambiente de desenvolvimento, aprimoramento das soluções de controle de acessos, navegação e perímetros.

No que tange a gestão de riscos, a Cooperativa possui a matriz de riscos de todos os processos com foco na mitigação de todos os riscos e verificação dos riscos estratégicos que possam impactar a continuidade dos negócios. Os riscos mapeados desde 2020, tiveram redução dos níveis de risco com as ações propostas para sua mitigação ou redução, atendendo as categorias de riscos definidos pela ANS que são: Risco de subscrição, Risco Operacional, Risco Legal, Risco de crédito e Risco de Mercado.

Atende na íntegra a dimensão I da RN 507 e a RN 518 da ANS nos quesitos de Gestão e Governança no nível avançado.



RESPONSABILIDADE SOCIOCULTURAL

A Unimed de Presidente Prudente, possui projetos sociais, voltados ao desenvolvimento da criança e do adolescente, em parceria com o GEPAC – Entidade Social de Grupo de Empresários e Profissionais Amigos da Criança, com destinação de parcela do Imposto de Renda como incentivo as atividades e ações patrocinadas pela Secretaria de Assistência Social por meio dos recursos recebidos e destinados ao Fundo da Criança e do Adolescente.

Outros projetos de apoio ao desenvolvimento educacional/esportivo, como o basquete, no qual as crianças para participarem precisam demonstrar o desempenho escolar, culturais, projetos junto as ETECs e Dia do Cooperativismo, onde são desenvolvidas ações de cunho cultural.

Programa jovem aprendiz do SESCOOP, que capacita os adolescentes para o mercado de trabalho entre outros.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Cooperativa atua na preservação de mananciais do Rio do Peixe responsável pelo fornecimento de 70% da água da cidade sede da Cooperativa e adjacências, efetua campanhas de consumo consciente para o público interno e nas redes sociais.

Em 2022 entregou cadeiras de rodas pela participação no programa da Unimed do Brasil “Eu ajudo na lata”, com participação dos colaboradores da Cooperativa.

ASSISTÊNCIA AOS CLIENTES

Com política definida sobre o relacionamento com os clientes e jornada do cliente estruturada de forma a oferecer a melhor experiência para o cliente quando este se utiliza dos serviços ofertados. Ao longo dos últimos 07 anos a Cooperativa elevou o índice de satisfação geral dos clientes de 82% para 87%. A cada ano vem progredindo no quesito entender as necessidades dos clientes e proporcionar canais de atendimento acessíveis e assertivos, considerando os diferentes públicos.

Para elevar a satisfação dos clientes a Unimed Presidente Prudente atua fortemente na satisfação dos seus colaboradores, tendo obtido na pesquisa da *Great Place To Work* (GPTW) do final de 2022, o índice de 85% na mensuração da satisfação do corpo funcional.



INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA, RESULTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

a) **Política de destinação de sobras**

A Cooperativa tem por finalidade agregar valor à remuneração dos seus cooperados, pagando valores justos e possíveis dentro do seu orçamento anual, mantendo a sustentabilidade da organização. Desta forma, havendo sobras e desde que não comprometa o equilíbrio financeiro o conselho de administração propõe a sua distribuição aos Cooperados, como mecanismo de melhoria dos rendimentos dos médicos quotistas.

b) **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na "performance" da sociedade/entidade e/ou no resultado do exercício;**

O resultado alcançado ficou bem próximo ao projetado e revisado em junho/2023, ou seja, derivou dos rendimentos da aplicação dos ativos financeiros no mercado de capitais. A não geração operacional de caixa deveu-se:

- aumento do número de cirurgias eletivas que estavam com demanda reprimida;
- tratamento de sequelas da COVID-19;
- aumento dos custos dos insumos da saúde devido a guerra no exterior;
- aumento do novo roll de procedimentos, com inclusão de novos medicamentos quimioterápicos e de alto custo;
- inclusão de tratamento de doenças de alto custo.
- redução da capacidade financeira de empresas assumirem aumentos necessários para o equilíbrio dos contratos;
- recuperação gradativa do valor das contraprestações dos contratos de pessoas físicas devido ao reajuste anterior negativo em ano anterior.

c) **Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto;**

Não houve mudanças e/ou reorganizações societárias.

d) **Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s).**

Em 2023 haverá mudança de diretoria e membros do Conselho de Administração, porém, entendemos que deverá ser uma transição sem maiores mudanças na estratégia da Cooperativa. Os planos para 2023 envolvem:

- A continuidade da implantação do projeto do pagamento de modelos de remuneração baseado em valor, como forma de melhorar a assistência à saúde dos clientes e proporcionar uma racionalização dos custos assistenciais;
- Abertura de unidades regionais para garantir maior acesso e satisfação dos clientes.
- Manutenção da política de controle das despesas operacionais;
- Projetos de inovação tecnológica no controle e acompanhamento da assistência à saúde.



e) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde;

- Investimento com foco na promoção e prevenção no montante de R\$ 1.291 (um milhão e duzentos e noventa e um mil reais) recursos originados da entrada de contraprestações;
- Investimento em equipamentos e softwares para adequação do parque tecnológico e aprimoramento dos controles, no montante de R\$ 1.232 (um milhão duzentos e trinta e dois mil reais) recursos definidos no orçamento do ano, tendo como origem os valores em caixa.
- Aberturas de Unidades de Negócios no valor de R\$ 101 (cento e um mil reais), tendo como origem recursos próprios de caixa.
- Implantação das Usina de energia solar no valor de R\$ 1.560 (um milhão quinhentos e sessenta mil reais), tendo como origem recursos próprios de caixa.

f) Resumo dos acordos de acionistas;

Não se aplica em sociedades Cooperativas.

g) Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento;

A administração adota como política institucional a realização de transações apenas com instituições de elevada reputação e boas notas de rating, declara possuir capacidade financeira para manter em sua carteira estes investimentos até a data de seus respectivos vencimentos.

h) Emissão de debêntures;

Item não aplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

i) Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício.

A Cooperativa não possui estrutura com empresas coligadas e controladas suas unidades são filiais da Operadora.



EFICIÊNCIA, SOLIDEZ E SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Considerando o comparativo com o mercado de saúde suplementar na categoria médio porte, demonstramos abaixo a posição dos indicadores da RN 518, considerando a posição em 31/12/2022 e efeito de comparação com o mercado a posição de 30/09/2022 (dados disponíveis no site da ANS).

Indicadores RN 518	Operadora 31-12-2022	Operadora 30-09-2022	Mercado 30-09-2022
Margem de Lucro Líquida (MLL) <i>Mostra a relação entre o resultado Líquido e o total das receitas com operações de planos de saúde.</i>	1,7%	1,0%	-1,7%
MLL = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$			
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) <i>Mostra a relação entre o resultado Líquido e o Patrimônio Líquido.</i>	7,4%	4,6%	-5,0%
ROE = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$			
Percentual das despesas Assistenciais em relação as receitas de contraprestações (DM) <i>Mostra a relação entre as despesas assistenciais e a receita de contraprestação.</i>	85%	85%	88%
DM = $\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos}}{\text{Contraprestações efetivas}}$			
Percentual das despesas administrativas em relação as receitas de contraprestações (DA) <i>Mostra a relação entre as despesas administrativa e a receita de contraprestação.</i>	9,6%	9,2%	11,4%
DA = $\frac{\text{Despesas Administrativas}}{\text{Contraprestações efetivas}}$			
Percentual da despesa comercial em relação as receitas de contraprestações (DC) <i>Mostra a relação entre a despesa comercial e as receitas de contraprestação</i>	0,3%	0,3%	1,8%
DC = $\frac{\text{Despesa de Comercialização}}{\text{Contraprestações efetivas}}$			
Percentual das despesas operacionais em relação as receitas operacionais (DOP) <i>Mostra a relação entre as despesas operacionais e as receitas operacionais</i>	101%	101%	104%
DOP = $\frac{\text{Eventos ind. líquidos + Desp. Comercial + Desp. Adm + Outras Desp. Oper.}}{\text{Contraprestações efetivas + Outras receitas operacionais}}$			
Índice de Resultado Financeiro (IRF) <i>Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das contraprestações</i>	3,7%	3,1%	4,1%
IRF = $\frac{\text{Resultado Financeiro Líquido}}{\text{Contraprestações efetivas}}$			
Liquidez Corrente (LC) <i>Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo</i>	2,1	2,1	1,4
LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$			
Capital de Terceiro sobre o Capital Próprio (CT/CP) <i>Representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio líquido:</i>	1,4	1,5	1,6
CT/CP = $\frac{\text{Passivo Circulante + Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$			
Prazo Médio de Recebimento de Contraprestações (PMRC) <i>Representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operações de saúde.</i>	10	8	22
PMRC = $\frac{\text{Créditos Ops de saúde + PPSC}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$			
Prazo Médio de Pagamento de Eventos (PMPE) <i>Representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado.</i>	29	29	42
PMRC = $\frac{\text{Eventos a liquidar}}{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos}}$			

Presidente Prudente, 06 de fevereiro de 2023.

NILVA GALLI
 DIRETORA PRESIDENTE



RTA-057-2023

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SPT. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br**www.moorebrasil.com.br**

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

À
Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico
Presidente Prudente - SP

Atenção da Senhora **Dra. Nilva Galli**
Presidente

Prezada Senhora:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Pedimos a gentileza de nos encaminhar a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores**Ricardo Aurélio Rissi**
Diretor

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 9 de março de 2022 continha ênfase sobre as ações de execução e cobrança decorrentes do processo movido pelo Ministério Público da comarca de Presidente Prudente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores e Consultores
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8

Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais - Ativo

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		175.801	168.523
Disponível	6	688	654
Realizável		<u>175.113</u>	<u>167.869</u>
Aplicações Financeiras	7	146.213	145.781
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		52.666	49.411
Aplicações Livres		93.547	96.370
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8	11.464	11.033
Contraprestação Pecuniária a Receber		1.153	1.284
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		3.823	3.498
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		6.488	6.251
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	9	3.599	2.202
Créditos Tributários e Previdenciários		3.111	2.455
Bens e Títulos a Receber	10	10.305	5.971
Despesas Antecipadas		120	79
Conta-Corrente com cooperados		301	348
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>52.682</u>	<u>47.436</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>27.632</u>	<u>24.918</u>
Títulos e Créditos a Receber	11	9.337	9.337
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	16.526	13.201
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		140	-
Conta-Corrente com cooperados	13	1.629	2.380
Investimentos		<u>9.771</u>	<u>9.305</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo	14	9.771	9.305
Imobilizado	15	<u>14.223</u>	<u>12.969</u>
Imóveis de Uso Próprio		8.778	8.785
Imóveis - Não Hospitalares		8.778	8.785
Imobilizado de Uso Próprio		3.180	3.243
Imobilizado - Hospitalares		491	538
Imobilizado - Não Hospitalares		2.689	2.705
Imobilizações em Curso		1.379	17
Outras Imobilizações		886	924
Intangível	16	<u>1.056</u>	<u>244</u>
TOTAL DO ATIVO		228.483	215.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Balancos patrimoniais - Passivo

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		81.957	73.435
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17	51.656	49.949
Provisões de Contraprestações		65	300
Provisão para Remissão		65	300
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		1.003	1.862
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores		27.461	26.746
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		23.127	21.041
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	19	1.307	758
Contraprestações a Restituir		73	35
Receita Antecipada de Contraprestações		809	-
Comercialização sobre Operações		23	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		402	723
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com PI. Saúde da Oper.	20	2.991	2.500
Provisões		9	21
Provisões para Ações Judiciais		9	21
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	21	6.849	6.148
Débitos Diversos	22	17.944	12.639
Conta-Corrente de Cooperados		1.202	1.420
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		50.879	49.362
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17	3.621	3.927
Provisão para Remissão		-	71
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		3.621	3.856
Provisões		42.660	40.091
Provisões para Ações Judiciais	23	42.660	40.091
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		740	1.539
Tributos e Contribuições Relacionados a IN 20 (Cooperativas) - Parcelamento	21	740	1.539
Débitos Diversos	22	3.858	3.805
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		95.647	93.162
Capital Social	24	25.202	23.960
Reservas	24	63.851	64.182
Reservas de Sobras		63.851	64.182
Sobras à disposição da AGO	24	6.594	5.020
TOTAL DO PASSIVO		228.483	215.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		407.588	465.147
Ingressos com Operações de Assistência à Saúde		412.879	470.231
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		412.573	469.619
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		306	612
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(5.291)	(5.084)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	25	(347.684)	(372.812)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(345.598)	(369.503)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(2.086)	(3.309)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		59.904	92.335
Outros Ingressos/Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		71	10.509
Ingressos/receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		26.076	18.099
Ingressos/Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	26	21.686	15.331
Ingressos/Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		3.840	2.493
Outros Ingressos/Receitas Operacionais		550	275
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.346)	(1.099)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(22.872)	(38.158)
Outros Dispêndios/Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	27	(21.793)	(39.978)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(1.291)	(973)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		212	2.793
Outros Dispêndios/Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	28	(27.477)	(34.284)
Resultado bruto		34.356	47.402
Dispêndios/Despesas de Comercialização		(1.209)	(1.123)
Dispêndios/Despesas Administrativas	29	(39.227)	(35.881)
Resultado Financeiro Líquido	30	15.278	7.257
Ingressos/Receitas Financeiras		20.252	9.497
Dispêndios/Despesas Financeiras		(4.974)	(2.240)
Resultado Patrimonial		1.864	1.372
Ingressos/Receitas Patrimoniais		1.872	1.376
Dispêndios/Despesas Patrimoniais		(8)	(4)
Resultado com Seguro e Resseguro		(78)	-
Ingressos/Receitas com Seguro e Resseguro		2.656	-
Dispêndios/Despesas com Seguro Resseguro		(2.734)	-
Sobra antes dos impostos e participações		10.984	19.027
Imposto de Renda	31	(2.733)	(4.827)
Contribuição Social	31	(1.031)	(1.800)
Participações sobre o Lucro		(96)	(336)
Sobra líquida do exercício		7.124	12.064

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	2022			2021	
	Atos Cooperativos		Atos não Cooperativos	Total dos Atos	Total dos Atos
	Ingressos/Dispêndios Principais	Auxiliares			
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	170.951	180.316	56.321	407.588	465.147
Ingressos com Operações de Assistência à Saúde	173.094	182.715	57.070	412.879	470.231
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	172.970	182.576	57.027	412.573	469.619
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	124	139	43	306	612
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(2.143)	(2.399)	(749)	(5.291)	(5.084)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(142.496)	(156.869)	(48.319)	(347.684)	(372.812)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(141.410)	(155.653)	(48.535)	(345.598)	(369.503)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(1.086)	(1.216)	216	(2.086)	(3.309)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	28.455	23.447	8.002	59.904	92.335
Outros Ingressos/Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	29	32	10	71	10.509
Ingressos/Receitas de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Op.	17.531	4.340	4.205	26.076	18.099
Ingressos/Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	13.687	4.335	3.664	21.686	15.331
Ingressos/Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	3.840	-	-	3.840	2.493
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	4	5	541	550	275
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(815)	(201)	(330)	(1.346)	(1.099)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(9.295)	(10.297)	(3.280)	(22.872)	(38.158)
Outros Dispêndios/Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(8.857)	(9.809)	(3.127)	(21.793)	(39.978)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(523)	(585)	(183)	(1.291)	(973)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	85	97	30	212	2.793
Outros Dispêndios/Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Op.	(15.865)	(7.295)	(4.317)	(27.477)	(34.284)
Resultado bruto	20.040	10.026	4.290	34.356	47.402
Dispêndios/Despesas de Comercialização	(490)	(548)	(171)	(1.209)	(1.123)
Dispêndios/Despesas Administrativas	(16.969)	(16.649)	(5.609)	(39.227)	(35.881)
Resultado Financeiro Líquido	6.711	6.586	1.981	15.278	7.257
Ingressos/Receitas Financeiras	8.678	8.522	3.052	20.252	9.497
Dispêndios/Despesas Financeiras	(1.967)	(1.936)	(1.071)	(4.974)	(2.240)
Resultado Patrimonial	495	-	1.369	1.864	1.372
Ingressos/Receitas Patrimoniais	499	3	1.370	1.872	1.376
Dispêndios/Despesas Patrimoniais	(4)	(3)	(1)	(8)	(4)
Resultado com Seguro e Resseguro	(31)	(36)	(11)	(78)	-
Ingressos/Receitas com Seguro e Resseguro	1.076	1.204	376	2.656	-
Dispêndios/Despesas com Seguro Resseguro	(1.107)	(1.240)	(387)	(2.734)	-
Sobra antes dos impostos e participações	9.756	(621)	1.849	10.984	19.027
Imposto de Renda	-	-	(2.733)	(2.733)	(4.827)
Contribuição Social	-	-	(1.031)	(1.031)	(1.800)
Participações sobre o Lucro	(41)	(41)	(14)	(96)	(336)
Sobra líquida do exercício	9.715	(662)	(1.929)	7.124	12.064
Destinação do Resultado:					
Reserva Legal (10% do A.C.)	(971)	66	-	(905)	(866)
Rates (5% do A.C. e 100% A.N.C.)	(486)	33	-	(453)	(3.841)
Perda ato não cooperativo	(2.070)	141	1.929	-	-
Baixa IN 20 - Cooperados (REFIS)	(924)	63	-	(861)	(4.845)
(-) Reversão do Rates	1.813	(124)	-	1.689	2.508
SOBRAS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO	7.077	(483)	-	6.594	5.020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobra líquida do exercício	7.124	12.064
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>7.124</u>	<u>12.064</u>



Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva para margem de solvência	RATES	Sobras (perdas) à disposição da AGO	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	22.218	17.985	2	32.681	11.306	17.223	101.415
Deliberação da AGO de 03/2021:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(11.222)	(11.222)
Provisão para Ação Civil Pública	-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Integralização de capital	2.047	-	-	-	-	-	2.047
Baixas de capital	(305)	-	-	-	-	-	(305)
Utilização/Reversão do Rates	-	-	-	-	(2.508)	2.508	-
Conversão de quotas-partes para fundo de reserva	-	9	-	-	-	-	9
Amortização IN 20	-	-	-	-	-	(4.846)	(4.846)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	12.064	12.064
Constituição de reservas estatutárias:							
Rates (5%)	-	-	-	-	3.841	(3.841)	-
Fundo de Reserva (10%)	-	866	-	-	-	(866)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	23.960	18.860	2	32.681	12.639	5.020	93.162
Deliberação da AGO de 03/2022:							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(5.020)	(5.020)
Integralização de capital	1.417	-	-	-	-	-	1.417
Baixas de capital	(175)	-	-	-	-	-	(175)
Utilização/Reversão do Rates	-	-	-	-	(1.689)	1.689	-
Amortização IN 20	-	-	-	-	-	(861)	(861)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	7.124	7.124
Constituição de reservas estatutárias:							
Rates (5%)	-	-	-	-	453	(453)	-
Fundo de Reserva (10%)	-	905	-	-	-	(905)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.202	19.765	2	32.681	11.403	6.594	95.647

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de reais)

MÉTODO DIRETO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	412.449	468.089
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	6.314	-
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	17.419	7.067
(+) Outros Recebimentos Operacionais	21.755	42.336
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(370.658)	(399.804)
(-) Pagamento de Comissões	(1.186)	(1.128)
(-) Pagamento de Pessoal	(21.340)	(20.824)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(2.432)	(2.247)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(4.022)	(3.749)
(-) Pagamento de Tributos	(10.593)	(23.950)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	2.211	3.264
(-) Pagamento de Aluguel	(612)	(594)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(1.974)	(1.724)
(-) Aplicações financeiras	(6.746)	4.261
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(33.105)	(48.266)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.480	22.731
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	7	-
(+) Recebimento de Dividendos	-	(17)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.940)	(1.764)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(872)	(77)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(2)	(1)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.807)	(1.859)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	1.417	2.047
(-) Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	(38)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(5.020)	(11.223)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(1.036)	(11.141)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(4.639)	(20.355)
Variação líquida do caixa	34	517
Saldo disponível Inicial	654	137
Saldo disponível Final	688	654
Variação líquida do caixa	34	517

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed de Presidente Prudente – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Presidente Prudente é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 537 médicos associados, 01 unidade de Atendimento Domiciliar, Hospital Unimed, Unidade Assistencial Unimed contendo a Medicina Preventiva, Saúde Ocupacional e SOS Unimed, 4 ambulatórios Unimed Mais, sendo um na cidade de Osvaldo Cruz, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio e em Presidente Prudente, que além de atendimento médico contempla um Centro de Atendimento Multiprofissional (CAM), Centro de Infusão Medicamentosa (CIM) e Rede de Cuidados Continuados (RCC), AMA Unimed (Assistência Multiprofissional ao Autista) e Centro de Reabilitação e Integração Unimed Prudente. Além da rede própria, a cooperativa possui cerca de 200 serviços credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios) além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Osvaldo Cruz, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio, e Presidente Prudente, onde está localizada sua sede administrativa, além de atuar para comercialização de plano de saúde na cidade de Bataguassu/MS em conjunto com a Unimed Três Lagoas.

2 Principais atividades desenvolvidas

A cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob número 31.579-6.

3 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.



4 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 6 de fevereiro de 2023.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de Reais, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8, nº 9 e nº 10** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 15** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 16** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 17** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 23** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.



a.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa. Conforme determinação da ANS em grupo titulado “Disponível”.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações resgatáveis acima de 1 ano, estão classificadas no não circulante, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.



e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Conta corrente com cooperados

Os créditos registrados com cooperados, de curto prazo, estão sendo registrados pelos valores deliberados por adiantamentos feitos pela cooperativa, por valores a receber de débitos destes que não puderam ser descontados em produção (plano de saúde, seguro, e etc.), e, que serão descontados de suas produções mensais futuras.

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados no longo prazo pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

g Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

h.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



i Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

j Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

k Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 526/2022 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.

k.1 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.



k.2 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

k.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

k.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Constituída por nota técnica atuarial específica, realizada por atuário habilitado com registro no MIBA, conforme previsto na Resolução Normativa – RN nº 393 de 09/12/2015 e alterações, expedida pela ANS.

I Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.



n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

A Cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como tributáveis.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do RATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

Crítérios de proporcionalidade e segregação dos atos cooperativos e não cooperativos: Para fins societários a cooperativa adotou o critério de segregar as receitas na mesma proporção dos custos relativos aos atos cooperativos principais, auxiliares e atos não cooperativos. Algumas operações são alocadas diretamente nos atos, de acordo com o julgamento se a operação se classifica ou não diretamente em ato cooperativo.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.



q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Cooperativa.

s Novos pronunciamentos contábeis

O Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de planos de saúde, instituído pela RN n.º 472/2021, em vigor desde 1º de janeiro de 2022, revogado pela RN nº 528/2022 em 1º de junho de 2022, requer a adoção dos seguintes pronunciamentos:

IFRS	CPC	Pronunciamentos	Data de entrada em vigor ANS
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	1º/01/2022
IFRS 15	CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	1º/01/2022

▪ **CPC 06 R2 (IFRS 16)**

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Para o exercício de 2022, a Cooperativa realizou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e concluiu que o saldo não é relevante para mensuração.



▪ **CPC 47 (IFRS 15)**

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador,

Em atendimento ao novo plano de contas, a Cooperativa modificou a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada. As modificações foram feitas a partir de janeiro de 2022, conforme apresentado a seguir:

• **Corresponsabilidade cedida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
3117	(-) Contraprestações de Corresponsabilidade cedida de assistência a saúde (i)	1.218.465
4116	Eventos/sinistros conhecidos ou avisados prestados por rede indireta (ii)	30.802.042

- (i) Conforme o plano de contas instituído pela RN nº 528/2022, no grupo 3117 passaram a ser registrados apenas os saldos referentes a taxa de administração cobrada.
- (ii) No grupo 4116 passaram a ser reconhecidos todos os saldos de despesa e recuperação de eventos e sinistros conhecidos ou avisados prestados os eventos prestados por rede indireta (de outras operadoras), saldos que até o exercício de 2021 eram registrados na 3117.

• **Corresponsabilidade assumida**

<u>Conta</u>	<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
31112186	Taxa de administração (i)	(3.810.339)
41112134	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(5.533)
41112184	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(78.601.023)
41112234	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(1.509)
41112734	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(40)
41152134	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(75)
41152184	(-) Recuperação por reembolso do contratante (ii)	(943.272)

- (i) Até exercício de 2021, os saldos de contraprestações de corresponsabilidade assumida eram registrados integralmente no grupo 311120X6, a partir de 2022 com base na modificação instituída, neste grupo permanece apenas a taxa de administração (se houver).
- (ii) Os saldos anteriormente registrados no grupo 311120X6, conforme descrito acima, passaram a ser registrados como redutores dos eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência a saúde, no grupo 411.



6 Disponível

Compõem o disponível as contas de caixa e depósito bancário os seguintes valores:

Disponível	2022	2021
Caixa (valor em espécie)	22	13
Depósito bancário	666	641
Total do Disponível	688	654

7 Aplicações financeiras

A Operadora dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado e estão compostas no quadro abaixo:

Aplicações Financeiras	2022	% H	% V	2021
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (i)	52.666	18%	36%	49.411
Banco Santander	20.228	11%	38%	18.171
Banco Itaú	15.952	-29%	30%	22.409
Banco Sicoob	10.126	100%	19%	-
Banco Bradesco	4.650	11%	9%	4.181
Banco XP Investimentos	1.710	12%	3%	1.530
Banco Safra	-	-100%	0%	3.120
Aplicações Livres	93.547	-4%	64%	96.370
Sicred	34.224	198%	37%	11.506
Banco Safra	18.966	35%	20%	14.046
Banco Daycoval	13.281	226%	14%	4.074
Banco Santander S/A	11.161	-41%	12%	18.841
Banco Bradesco S/A	7.669	-61%	8%	19.608
Banco Itaú S/A	3.893	-69%	4%	12.582
Banco XP Investimentos	3.533	191%	3%	1.026
Uniprime Oeste Paulista	820	-100%	0%	-
Uniprime Oeste Paulista/Sicoob	-	100%	1%	14.167
Banco do Brasil S/A	-	100%	0%	520
Total das Aplicações Financeiras	146.213	0%	100%	145.781

(i) Aplicações financeiras vinculada à ativos garantidores, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS.

Aplicações por Tipo de Ativo conforme RN 392/2015 e alterações vigentes		
Tipo de Ativo	Distribuição % s/ total	
	2022	2021
Fundos Dedicados ANS	36%	33,90%
Fundo de Investimento CDB	4,30%	0,40%
Fundo de Investimento Renda Fixa	59,60%	65,70%
Total	100%	100%

Estas aplicações financeiras estão remuneradas em média 1,06% ao mês, enquanto a CDI média foi de 0,98% ao mês.

8 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Créditos de Operações com Assistência a Saúde	2022	2021
Contraprestações Pecuniárias a Receber	4.545	4.554
Cobertura Assistencial c/ preço pós-estabelecido	-	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.392)	(3.270)
Total de Contraprestação Pecuniária (i)	1.154	1.284
Participação dos Beneficiários nos Eventos Indenizáveis	4.168	3.795
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(345)	(297)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	520	506
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(520)	(506)
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde (ii)	3.823	3.498
Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida	6.559	6.318
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(71)	(67)
Total de Operadoras de Planos de Saúde (iii)	6.488	6.251
Total dos créditos a receber	11.464	11.033

- (i) O saldo da conta “Contraprestação pecuniária a receber” refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora;
- (ii) O saldo da conta “Outros Créditos de Oper. com Planos de Assist. à Saúde” refere-se a valores Coparticipação cobrado de clientes e outros créditos de Operações com Planos de Assist. À Saúde;
- (iii) O saldo da conta “Operadoras de Planos de Saúde” refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras referentes as operações de plano de saúde.

As provisões para devedores duvidosos (PPSC) estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

A composição das contas do grupo “Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde”, por idade de vencimento são:

Descrição	Contraprestação Pecuniária		Participação dos beneficiários em eventos indenizados		Operadoras de Planos de Saúde		Outros Créditos Operacionais	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
A vencer:								
Até 30 dias	5	78	3.709	3.393	4.400	5.276	-	-
De 31 a 60 dias	-	-	-	-	1.923	915	-	-
Acima de 60 dias	10	1	-	-	-	-	-	-
Vencidas:								
Até 30 dias	1.068	1.149	95	88	168	72	3	-
De 31 a 60 dias	211	356	26	26	-	-	6	-
De 61 a 90 dias	131	190	13	14	-	-	5	-
De 91 a 120 dias	121	119	14	13	-	-	-	-
Acima 120 dias	2.999	2.661	311	261	68	55	506	506
Total	4.545	4.554	4.168	3.795	6.559	6.318	520	506

9 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Créditos Operacionais de Assist à Saúde Não Relac com Planos de Saúde da Oper	2022	2021
Contas a Receber - Contratos de Autogestão (i)		
Contas a Receber Contratos de Autogestão	342	228
Contas a Receber Contratos de Autogestão – a faturar (ii)	115	147
Glosas a Receber Contratos de Autogestão	12	12
(-) PPSC Contas a Receber de Contratos de Autogestão	(12)	(12)
Total das Contas a Receber - Contratos de Autogestão	457	375
Intercâmbio Receber – Atendimento Eventual (iii)		
Taxa de Administração	279	42
Taxa de Administração – a faturar (ii)	-	25
Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual	2.835	1.362
Glosas a Receber – Intercâmbio	712	587
Intercambio - a faturar (ii)	-	433
Glosas Contestadas - Receb. Parcial Intercâmbio Eventual	-	2
(-) PPSC Intercâmbio	(733)	(645)
Total Intercâmbio Receber – Atendimento Eventual	3.093	1.806
Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços (iv)	84	36
(-) PPSC Outros Créditos	(35)	(15)
Total Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços	49	21
Total de Contas a Receber Prestação de Serviço Médico-Hospitalar	3.599	2.202

(i) O saldo da conta “Contas a Receber - Contratos de Autogestão” refere-se a valores a receber de contratos de Autogestão firmados junto a esta cooperativa;

- (ii) O saldo das contas “a faturar” – os saldos registrados são decorrentes de uma mudança de critério na contabilização dos eventos indenizáveis onde o mesmo, no ano de 2018, passou a ser contabilizado na data do seu conhecimento, tanto a despesa com os eventos e a suas recuperações. Desta forma, o montante do saldo são eventos que já reconhecemos a sua recuperação, porém ainda não foi faturado contra o beneficiário/contrato até a data do balanço;
- (iii) O saldo da conta “Intercâmbio Receber – Atendimento Eventual” refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras, referente a atendimentos de usuários de outras Unimed;
- (iv) O saldo da conta “Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços” refere-se a serviços de Saúde Ocupacional, Atendimento Domiciliar e Hospital Infantil Unimed

A composição das contas “Créditos de Operações de Assistência a Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora”, por idade de vencimento são:

Descrição	Contas a Receber Prestação de Serviço Médico-Hospitalar	
	2022	2021
A vencer:		
Até 30 dias	2.665	1.910
De 31 a 60 dias	657	330
Acima de 60 dias	-	-
	3.322	2.240
Vencidas:		
Até 30 dias	293	358
De 31 a 60 dias	511	70
De 61 a 90 dias	88	30
De 91 a 120 dias	33	7
Acima de 120 dias	132	169
	1.057	634
Total	4.379	2.874

As provisões para devedores duvidosos (PPSC) estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

10 Bens e títulos a receber

Bens e Títulos a Receber	2022	2021
Estoques (i)	8.762	5.000
Cheques e Ordens a Receber	114	137
(-) PPSC – Cheques	(77)	(81)
Adiantamentos a Funcionários	264	207
Adiantamento a prestadores de serviços assistenciais	11	9
Adiantamento a fornecedores	58	33
Outros adiantamentos	15	-
Cartão de Crédito/Débito a receber	393	364
Outros Créditos e Bens a Receber	876	370
(-) PPSC Outros Créditos e Bens a Receber	(111)	(68)
Total de Bens e Títulos a Receber	10.305	5.971

- (i) Os estoques da Cooperativa são para uso interno (material de escritório, limpeza, gráfico e outros) e para uso na prestação de serviço, tais como: farmácia de alto custo (medicamentos de alto custo e quimioterápico), OPME (órtese, prótese e materiais especiais) e materiais e medicamentos para Hospital e Atendimento Domiciliar. Os estoques em poder de terceiros (rede credenciada, hospitais e clínicas) são no montante de R\$ 2.338 (R\$ 1.966 em 2021).

Estoques	2022	2021
Farmácia de Alto Custo (i)	7.112	3.757
Materiais e Medicamentos Atendimento Domiciliar	250	161
O.P.M.E.	790	601
Materiais e Medicamentos Hospital Unimed	140	199
Vacina	197	106
Material de Consumo Interno	273	176
Total de Estoques	8.762	5.000

- (i) Aumento trata-se do aumento da utilização de medicamento de alto custo e quimioterapia, aumento do valor desses insumos e alteração na aquisição dos medicamentos, com leilão reverso, adquirindo quantidade para um período maior.

11 Títulos e créditos a receber

Em 2019 a Unimed de Presidente Prudente firmou contrato de compra e venda (permuta) com uma importante incorporadora da cidade, de cerca de 75% de uma área urbana localizado no Jardim Marupiara na cidade de Presidente Prudente.

Em contrapartida a incorporadora comprometeu-se a construir na área remanescente da Unimed, um prédio comercial de 5 lajes corporativas totalizando 7.000 m² (sete mil metros quadrados). O valor mensurado do imóvel pronto foi de R\$ 9.337.

12 Depósitos judiciais e fiscais

Depósitos Judiciais e Fiscais	2022	2021
Tributos	3.123	1.625
Depósito de ISS – LC157 (i)	8.147	6.340
Cíveis	470	360
Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS (ii)	877	811
Ação Civil Pública (iii)	6	6
Ressarcimento a Beneficiários (iv)	337	298
Trabalhistas	90	70
Ressarcimento ao SUS (v)	3.476	3.691
Total de Depósitos Judiciais e Fiscais	16.526	13.201

- (ii) Depósitos de ISS referentes às Leis complementares 157/2016 e 175/2020 que estão suspensas por liminar ADI nº 5835. Para maior segurança jurídica da cooperativa a administração optou por impetrar ações judiciais juntos aos municípios que estão domiciliados fora de sua sede e que tenham contratantes de planos de saúde, efetuando os depósitos de acordo com a jurisprudência vigente, ou seja, tributando segundo a alíquota de cada município, utilizando a receita e deduzindo os custos assistenciais;
- (iii) Referem-se a depósitos judiciais relativos à discussão de multas administrativas aplicadas pela ANS;
- (iv) Referem-se a depósitos judiciais relativos à discussão sobre Ação Civil Pública sofrida pela Unimed Presidente Prudente;
- (v) Referem-se a depósitos judiciais referentes à discussão sobre valores de ressarcimentos a beneficiários;
- (vi) Referem-se a depósitos judiciais referentes à discussão sobre cobrança de ressarcimento ao SUS;

13 Conta corrente com cooperados

A composição da Conta Corrente com Cooperado são relativos a IN nº 20 da DIOPE/ANS está apresentada abaixo:

Conta-Corrente com o Cooperado	2022	2021
Cooperados IN 20/2008	1.629	2.380

Refere-se a valores atualizados em face do reconhecimento das Obrigações Legais ocorrido em 2008, que se encontram registradas no Passivo na rubrica de “Tributos e Contribuições” referentes a parcelamento. Os lançamentos foram efetuados no âmbito da IN nº 20 da DIOPE/ANS refere-se à atribuição da responsabilidade aos cooperados pelo pagamento dos valores dos tributos cuja exigibilidade estava em discussão judicial. Com o advento da Lei 11.941/09 a Cooperativa optou pelo parcelamento dos débitos, sendo o processo homologado pela Receita Federal do Brasil em junho/2011, mediante a opção de liquidação pelo prazo de 180 meses, sendo que os valores envolvidos serão realizados concomitantemente ao prazo de pagamento dos débitos.



14 Investimentos

a Composição do saldo

Investimentos	2022	2021
Participações - Operadora de Planos de Assistência à Saúde	9.160	8.822
Unimed Federação Centro Oeste Paulista (i)	5.457	5.299
Unimed Estado de São Paulo – FESP (ii)	2.702	2.523
Unimed Central Nacional	1.001	1.000
Outros Investimentos	611	483
Uniprime Oeste Paulista	1	-
Sicredi (iii)	144	18
Sicoob	466	465
Total Investimentos	9.771	9.305

b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2021	Adição	Transferência	31/12/2021	Adição	31/12/2022
Participações - Operadora de Planos de Assistência à Saúde	8.187	635	-	8.822	338	9.160
Unimed Federação Centro Oeste Paulista	4.712	587	-	5.299	158	5.457
Unimed Estado de São Paulo – FESP	2.523	-	-	2.523	179	2.702
Unimed Central Nacional	952	48	-	1.000	1	1.001
Outros investimentos	465	18	-	483	128	611
Uniprime Oeste Paulista	464	-	(464)	-	1	1
Sicredi	1	17	-	18	126	144
Sicoob	-	1	464	465	1	466
Total investimentos	8.652	653	-	9.305	466	9.771

15 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa de Depreciação Média			2022	2021
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Corrigido
Terrenos	-	8.667	-	8.667	8.667
Edifícios	1,60%	424	(312)	112	118
Instalações	9,70%	364	(271)	93	106
Máquinas e equipamentos	12,20%	1.124	(525)	599	644
Equipamentos de informática (i)	17,60%	4.473	(2.824)	1.649	1.545
Móveis Utensílios	8,30%	1.861	(1.112)	749	797
Veículos	18,40%	367	(277)	90	151
Benfeit. Imóveis Terc. – Em Andamento	-	209	-	209	17
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	9,50%	1.401	(611)	790	864
Construção em andamento	-	95	-	95	60
Equipamento em Construção	-	1.170	-	1.170	-
Total do Imobilizado		20.155	(5.932)	14.223	12.969

(i) Conta possui bens adquiridos através de arrendamento mercantil.

Contas avaliadas pelo método de custo de aquisição.

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R3) Resolução nº 1.292/10, a cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis, levando-se em consideração a metodologia da determinação da vida útil dos bens e do Justo Valor. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

b Movimentação do imobilizado

Descrição	2021	2022				2022
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	Valor Contábil Líquido
Terrenos	8.667	-	-	-	-	8.667
Edifícios	118	-	-	(6)	-	112
Instalações	106	3	-	(16)	-	93
Máq. e Equipamentos	644	34	(2)	(77)	-	599
Equip. de Informática	1.545	360	(46)	(210)	-	1.649
Móveis e Utensílios	797	83	(6)	(125)	-	749
Veículos	151	-	-	(61)	-	90
Benfeit. Imóveis Terc. – Em Andamento	17	257	-	-	(65)	209
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	864	-	-	(139)	65	790
Construção em Andamento	60	35	-	-	-	95
Equipamento em Construção	-	1.170	-	-	-	1.170
Total do Imobilizado	12.969	1.942	(54)	(634)	-	14.223



16 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa Anual de Amortização	2022			2021
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Softwares	19,90%	2.220	(1.164)	1.056	244
Total		2.220	(1.164)	1.056	244

Referem-se a softwares de uso operacional, que tem o objetivo de armazenar e gerar as informações necessárias à gestão da cooperativa pela administração, ANS e órgãos públicos. Em 2022 houve investimento em novos softwares com intuito de melhorar desempenho operacional da operadora.

b Movimentação do intangível

Descrição	2021	2022		
	Residual	Aquisições	Amortização	Residual
Softwares	244	872	(60)	1.056
Total	244	872	(60)	1.056

17 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2022	2021
Provisão para remissão (i)	65	371
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (ii)	4.624	5.718
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores (iii)	27.461	26.746
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	23.127	21.041
Total das provisões técnicas	55.277	53.876
Curto prazo	51.656	49.949
Longo prazo	3.621	3.927
Total das provisões técnicas	55.277	53.876

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A Cooperativa, ciente das obrigações que cercam as Resoluções editadas pela ANS e suportada pelo parecer técnico atuarial, constituiu a provisão para remissão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias para custeio dos planos de assistência à saúde, correspondente a continuidade de cobertura de assistência à saúde a usuários dependentes em caso de falecimento do titular do plano, totalizando o montante de R\$ 65 (R\$ 371 em 2021), sendo classificada no passivo circulante (Em 2021 R\$ 300 no passivo circulante e R\$ 71 no passivo não circulante).
- (ii) Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS. O valor informado no site da ANS estabelece as seguintes informações:

Provisão de Eventos a liquidar para o SUS	2022	2021
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – GRU (a)	237	404
Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento (b)	-	504
Provisão de Eventos Liquidar para o SUS (% hc x ABI) (c)	766	954
Total da Provisão de eventos a liquidar SUS – Circulante	1.003	1.862
Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento (b)	-	-
Eventos a Liquidar para o SUS – Depósito Judicial (d)	3.621	3.856
Total da Provisão de eventos a liquidar para o SUS – Não Circulante	3.621	3.856
Total da Provisão de eventos a liquidar SUS	4.624	5.718

- (a) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS – GRU: retrata o valor total cobrado e não pago pela operadora de plano de saúde, atualizado com multa e juros até a data de referência, bem como o saldo devedor atualizado de parcelamentos cancelados por inadimplência, valores não pagos de parcelamentos ainda não deferidos e valores não pagos inscritos em dívida ativa.
- (b) Eventos a Liquidar para o SUS – Parcelamento: Débitos Parcelados: abrange os parcelamentos deferidos ainda não quitados. No entanto, no ano de 2022 foram pagas as últimas 12 parcelas.
- (c) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (% hc x ABI): ABIs x percentual histórico: informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.
- (d) Eventos a Liquidar para o SUS – Depósito Judicial: retrata o valor total cobrado, cujo objeto está em discussão judicial pela operadora de plano de saúde, atualizado com de correção até a data de referência. O Valor reconhecido é superior ao informado no site da ANS em virtude de a atualização do depósito judicial ser maior.



(iii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS. Quadro demonstrativo de valores:

Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores	2022	2021
Prestadores – Médicos Cooperados	8.192	8.417
Prestadores – Rede Contratada e Credenciada	17.880	17.209
Prestadores – Intercâmbio	1.246	1.037
Prestadores – Reembolso	143	83
Total Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores	27.461	26.746

(iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido contabilizados pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão com metodologia própria baseada em Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela ANS.

A cooperativa efetuou até 31 de dezembro de 2022 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados no SUS que representa o montante de R\$ 555.366 apurado por metodologia regulamentada pela RN 393/2015 e alterações vigentes.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 10.883 para 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.726 em 2021), multiplicado pelo fator $K=8,82\%$ que equivale a R\$ 960 (R\$ 858 em 2021) e;
- Margem de Solvência: Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Plano de Saúde deverá atingir. Esse critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

Cálculo da Margem de Solvência	
$0,20 \times \sum 12$ meses contraprestações líquidas	80.846
$0,33 \times \sum 36/3$ meses eventos indenizáveis líq.	99.153
Margem de Solvência calculada	99.153
Margem de Solvência exigida - 75%	74.072
Patrimônio Líquido Ajustado	84.701
SUFICIENTE	

Em 2020 a Operadora protocolou, junto a ANS, Termo de Compromisso para Adoção Antecipada de Modelo Padrão de Capital Baseado em Riscos, conforme definido no §1º do Art. 14 da RN 451/2020, com redução da exigência da Margem de Solvência para 75%. Nesse contexto, o valor apurado é de R\$ 74.072 (R\$ 67.008 em 2021) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 84.701 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 83.533 em 2021), estando, portanto, suficiente em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.



18 Garantias financeiras

Provisões Técnicas	
PEONA Outros Prestadores	22.571
PEONA SUS	556
Provisão para Remissão	65
PESL Outros Prestadores (Beneficiários OPS)	21.723
PESL Outros Prestadores (Corresponsabilidade Assumida)	5.738
(-) Créditos a receber de corresponsabilidade assumida	(5.738)
PESL SUS (i)	3.920
(-) PESL SUS Parcelada	-
(-) PESL SUS ABI's x %hc - Índice de Adimplência	(521)
(-) PESL SUS suspensa com mais de 5 anos do vencimento	-
(-) Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	(3.476)
TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS COM EXIGÊNCIA DE ATIVO	44.915
APLICAÇÕES GARANTIDORAS (ii)	52.903
SUFICIENTE	

- (i) Considerado valor exigido conforme posição financeira no site ANS.
- (ii) Utilizado o valor das aplicações financeiras informado no site da ANS, sendo que este ocorre pequenas variações em relação aos extratos bancários.

19 Débitos de operações de assistência à saúde

Débitos de Operações de Assistência a Saúde	2022	2021
Contraprestações a restituir (i)	73	35
Receita antecipada (ii)	809	-
Comercialização sobre operações (iii)	23	1
Intercâmbio a pagar de corresponsabilidade assumida (iv)	402	722
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.307	758

- (i) Contraprestações recebidas em duplicidade;
- (ii) Receita antecipada de contraprestação. No ano de 2021 a contabilização ocorria na rubrica "Outros débitos não relacionados com planos da operadora";
- (iii) Comissões a pagar sobre vendas de planos de saúde;
- (iv) Intercâmbio a pagar relativo a atendimento habitual de intercâmbio.

20 Débitos com operações de assistência à saúde não relacionado com plano de saúde

Débitos de Operações de Assistência a Saúde não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde	2022	2021
Débitos a prestadores de serviços de assistência à saúde (i)	2.991	1.875
Outros débitos não relacionados com planos da operadora	-	625
Total de Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Assistência à Saúde	2.991	2.500

- (i) Débitos referentes aos custos dos atendimentos a beneficiários de outras Unimed, de contratos de autogestão e prestação de serviços de saúde ocupacional;

21 Tributos e encargos sociais a recolher

Tributos e Contribuições a Recolher	2022	2021
Contribuição social sobre o lucro líquido a pagar	336	73
Imposto sobre serviços	72	91
Contribuições previdenciárias	577	493
FGTS a recolher	212	186
COFINS e PIS/PASEP	333	363
Imposto de renda retido fonte – Funcionários	238	196
Imposto de renda retido fonte – Terceiros	2.832	2.606
Imposto sobre Serviços Retido na Fonte	361	343
Contribuições previdenciárias retidas - Terceiros	548	494
Outros Tributos (i)	451	463
Parcelamento de tributos e contribuições (ii)	1.629	2.379
Total de Tributos e Contribuições a Recolher	7.589	7.687

- (i) Outros tributos correspondem a tributos retidos de PIS/COFINS/CSLL a recolher sob o código de receita 5952 de acordo com a lei 10.833/03, contribuição sindical e assistencial dos colaboradores.
- (ii) A cooperativa optou pelo parcelamento de seus débitos tributário na forma da Lei 11.941/2009. O parcelamento foi realizado em 180 meses e até 31 de dezembro de 2022 foram pagas 158 parcelas, restando 22 a serem quitadas. A cooperativa realiza pagamentos pontualmente para que não ocorra a perda do parcelamento por inadimplência, sendo neste caso os impostos devidos integralmente, sem as reduções de multas e juros constantes no parcelamento. O saldo do parcelamento é atualizado mensalmente pela taxa Selic. Este parcelamento está relacionado à IN-20 da DIOPE-ANS, sendo o débito ativado em nome dos cooperados, conforme nota nº 13. Distribuição dos débitos ativados de acordo com a IN nº 20 da DIOPE/ANS, na qual foram incluídos no REFIS, segregados por tributo e competência:

Tributos	Competência	2022	2021
IRRF	jul/04	-	-
PIS sobre faturamento	2004 a 2009	225	106
COFINS	2004 a 2009	1.041	1.519
IRPJ	2004 a 2009	101	309
CSLL	2004 a 2009	262	359
INSS	1992	-	73
FINSOCIAL	01/1991 a 03/1992	-	13
TOTAL		1.629	2.379

Os débitos consolidados referem-se aos impostos de PIS e COFINS do ano de 2004 a 2009, débitos de Imposto de Renda e Contribuição Social do mesmo período. A cooperativa tem recolhido regularmente esses débitos e parte da dívida já foi amortizada, por depósitos judiciais convertidos em renda e abatidos no montante anteriormente parcelado.

No exercício de 2022 a movimentação do parcelamento foi:

	Demais Débitos - RFB
Saldo em 31/12/2021	2.379
(-) Pagamento/Amortização	(750)
Saldo em 31/12/2022	1.629
Curto prazo	889
Longo prazo	740
Total	1.629

22 Débitos diversos

Débitos Diversos	2022	2021
Curto prazo		
Obrigações com pessoal	3.148	3.051
Fornecedores a pagar	11.178	6.503
Depósitos de beneficiários e terceiros (i)	18	578
Outros débitos a pagar (ii)	3.600	2.507
Total curto prazo	17.944	12.639
Longo prazo		
Outros débitos a pagar (ii)	3.858	3.805
Total longo prazo	3.858	3.805
Total débitos diversos	21.802	16.444

- (i) Refere-se a valores recebidos pela Cooperativa de beneficiários e terceiros, através de depósito bancário, que após identificação das mesmas, são liquidadas as faturas registradas no ativo circulante bem como os recebimentos antecipados de mensalidade. Esse valor, mesmo registrado no passivo circulante, não representa saída de caixa futuro.
- (ii) Outros débitos a pagar estão substancialmente compostos por receitas antecipadas de seguro relativo à remissão, que será apropriada na medida da cobertura contratual do remido, cujo valores a curto prazo é de R\$ 2.592 e longo prazo de R\$ 3.858.



23 Provisões judiciais

Provisões para Ações Judiciais	2022	2021
Provisões para ações tributárias (i)	35.323	31.153
Provisões para contingências cíveis (ii)	2.255	1.737
Provisões para ação trabalhista (ii)	606	2.906
Provisões para multas administrativas – PGFN (iii)	4.476	4.295
Total de provisões para Longo prazo	42.660	40.091

(i) Provisões para ações tributárias:

IRPJ e CSLL

Em 2016 a cooperativa mudou o critério de alocação dos valores de diferença de tabela e taxa de administração do intercâmbio, passando a figurar como ato cooperativo, o que reduziu a carga tributária do IRPJ e CSLL, entendendo que não existe ganho patrimonial uma vez que a soma destes valores é inferior às despesas administrativas desta operação, e a relação para atendimento de beneficiários é entre cooperativas do sistema Unimed, portanto configura-se como ato cooperativo. Não existe legislação específica que trate sobre essa matéria, no entanto, para maior segurança da cooperativa a administração optou desde o exercício de 2017 pela provisão dos tributos que nesse momento está na quantia de R\$ 4.434 (R\$ 5.416 em 2021).

Provisão para ISSQN – Lei Complementar 157/2016 e 175/2020:

Provisão e depósitos de ISS referente à Lei complementar 157/2016 e 175/2020 que estão suspensas por liminar na ADI 5835. Para maior segurança jurídica da cooperativa a administração optou por impetrar ações judiciais juntos aos municípios que estão domiciliados fora de sua sede e que tenham contratantes de planos de saúde, efetuando os depósitos de acordo com a jurisprudência vigente, ou seja, tributando segundo a alíquota de cada município, utilizando a receita e deduzindo os custos assistenciais. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.310 (R\$ 8.189 em 2021).

Provisão para PIS/COFINS corresponsabilidade assumida:

Com o advento da RN 430/17 da ANS que definiu pela escrituração dos atendimentos do intercâmbio habitual em contas de resultado e pela IN 1.911 da RFB que trata sobre a matéria de PIS e Cofins, a administração da cooperativa da cooperativa entendeu que existe um risco de possível tributação da operação de intercâmbio e deliberou pelo provisionamento. O valor total provisionado até o dia 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 9.031 (R\$ 10.354 em 2021).

Provisão para COFINS – Alíquota 3% a 4% - Autuação:

No ano de 2021 a cooperativa sofreu um Auto de Infração decorrente de uma ação fiscalizatória da Receita Federal do Brasil dos tributos Pis e Cofins do ano calendário de 2018 em relação à insuficiência de recolhimentos de COFINS. A alegação da RFB é o art. 8º - A da Lei 9.718/98 que estabelece em 4% (quatro por cento) a alíquota da COFINS devida pelas operadoras de planos de assistência à saúde. A cooperativa por orientação de sua assessoria jurídico e decisões do Seminário Nacional da Unimed do Brasil tributa suas receitas relacionadas a plano de saúde a 4% e tributa a 3% as demais receitas que não são relacionadas a plano de saúde, como



intercâmbio, autogestão, aplicação de vacina e saúde ocupacional. A administração por orientação da assessoria jurídica impetrou defesa administrativa alegando segregação das receitas uma vez que a base legal informada no auto de infração restringe apenas a atividade de plano de saúde. A defesa ainda não foi julgada. A administração decidiu constituir provisão da diferença de alíquota de Cofins para as receitas não relacionadas a plano de saúde para os anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 que totalizam em 31 de dezembro R\$ 3.843 (R\$ 3.818 em 2021)

Outras Provisões:

Existem outros processos de notificações de CSLL e IRRF e créditos de Per/Dcomp, em discussão judicial cujos saldos estão sendo provisionados no montante de R\$ 623, os quais possuem depósitos judiciais no mesmo montante. Existe também uma provisão relativa à tributação de IRPJ e CSLL sobre ganho na venda de ativo imobilizado em 2019, na qual a administração optou pelo provisionamento entendendo haver risco, no montante de R\$ 1.765 (R\$ 1.592 em 2021).

(ii) Provisões para ações cíveis e trabalhistas:

As ações cíveis que envolvem a cooperativa, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão demonstradas abaixo:

Tipo da Ação	Classificação	Valor estimado	
		2022	2021
Contingências cíveis	Provável	565	992
Contingências cíveis	Possível	4.392	12.015
Contingências cíveis	Remoto	1.684	10.513
Contingências trabalhistas	Provável	834	3.088
Contingências trabalhistas	Possível	2.270	0
Provisão execução fiscal ANS	Provável	650	603
Provisão execução fiscal ANS	Possível	208	227

O valor provisionado pela contabilidade em 31 de dezembro de 2022, para o montante do quadro acima, representa R\$ 2.861 (R\$ 4.643 em 2021), referente ao risco declarado no relatório dos advogados como probabilidade de perda provável e de ações com risco possível, porém, com depósito judicial.

Contingências cíveis: A cooperativa possui discussão na esfera cível sendo a de maior relevância o processo movido pelo Ministério Público da comarca de Presidente Prudente – SP, sob o nº 0003397-43.2004.8.26.0482 (482.01.2004.003397), em 2004 o qual transitou em julgado em 2011. Conforme orientação dos advogados, e, sem prejuízo as discussões em andamento a administração optou em 2019, iniciar tratativas de acordo para negociação dos valores pleiteados junto aos escritórios de advocacia da cidade que representam os demandantes. Todos os acordos realizados foram honrados pela cooperativa em abril/2022.

Execução fiscal ANS: A ANS está cobrando judicialmente valores relativos à multa de não envio de documento obrigatório – Documento de Informações periódicas das Operadoras de Planos de Saúde – DIOPS e multa por irregularidade na comercialização de planos de saúde. A assessoria jurídica da Unimed efetuou as defesas judiciais e realizou depósito judicial referente a estes valores para andamento da defesa.



24 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre 537 cooperados e classificado no patrimônio líquido.

b Reservas

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

RATES - Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

Fundo de Reserva - Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

Reserva para Margem de Solvência - Constituída a partir das sobras conforme art. 85 do estatuto social com o fim de estabelecer condição econômico-financeira a cooperativa no sentido de dar suporte para constituição da margem de solvência.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Descrição	2022	2021
Resultado Líquido Do Exercício	7.124	12.065
Resultado Dos Atos Cooperativos Principais – ACP	9.715	4.482
Resultado Dos Atos Cooperativos Auxiliares – ACA	(662)	4.175
Resultado Dos Atos Não Cooperativos – ANC	(1.929)	3.408
Destinações Estatutárias:		
(-) Reserva Legal (10% Acp+Aca)	(905)	(866)
(-) Rates (5% Acp+Aca + 100% Anc)	(453)	(3.841)
Reversão De Reservas:		
(+) Utilização Rates	1.689	2.508
Outros Ajustes:		
Baixa In 20 - Cooperados (Refis) (i)	(861)	(4.846)
Sobras À Disposição Da A.G.O. 2022	6.594	5.020

(i) Baixa de crédito a receber de cooperados decorrente da adoção da Instrução Normativa 20/2008 da ANS.



25 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2022	2021
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pré-pagamento		
Consulta médica	(45.905)	(37.885)
Exames	(61.823)	(53.885)
Terapias	(17.643)	(12.926)
Internações	(137.123)	(125.539)
Outros atendimentos ambulatoriais	(78.842)	(60.913)
Demais despesas médicas hospitalares	(696)	(609)
Sistema Único de Saúde - SUS	(1.154)	(991)
	(343.186)	(292.748)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados - contratos em pós pagamento		
Consulta médica	173	(10.581)
Exames	(1.499)	(12.222)
Terapias	24	(3.183)
Internações	(27)	(33.454)
Outros atendimentos ambulatoriais	250	(16.192)
Demais despesas médicas hospitalares	(1.333)	(1.123)
Sistema Único de Saúde - SUS	-	-
	(2.412)	(76.755)
	(345.598)	(369.503)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	(2.086)	(3.309)
	(2.086)	(3.309)
	(347.684)	(372.812)

26 Ingressos com Operações de Assistência Médico-Hospitalar

Descrição	2022	2021
Prestação de serviço - Intercâmbio eventual (i)	8.353	5.336
Prestação de serviço - Saúde ocupacional (ii)	3.249	2.347
Prestação de serviço - Recursos próprios (iii)	3.287	2.159
Prestação de serviço para Autogestão (iv)	6.926	5.649
	21.815	15.491
(-) Dedução de receitas com prestação de serviços	(129)	(160)
	21.686	15.331

- (i) São prestação de serviço de rede própria (cooperado) para atendimento de beneficiários de outras Unimed's;
- (ii) Trata-se de prestação de serviço relacionado ao departamento de Saúde Ocupacional Unimed (SOU);
- (iii) Compreende as prestações de serviços dos recursos próprios para atendimentos de não beneficiário da Unimed Prudente;
- (iv) Prestação de serviço decorrente de contratos firmados com autogestão.



27 Outros Dispendios de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	2022	2021
Serviços prestados por terceiros	(1.391)	(1.687)
Provisão para contingência	287	(2.017)
Honorários advocatícios e periciais	(3.669)	(12.172)
Outras despesas	(320)	(440)
Produção médica complementar (i)	(8.484)	(6.821)
Plano médico federativo (ii)	(8.216)	(16.841)
	(21.793)	(39.978)

(i) Refere-se à período de férias dos cooperado com direito a remuneração;

(ii) Dispendios com plano de saúde disponibilizados aos cooperados.

28 Outros dispendios operacionais de assistência à saúde não relacionados com os planos de saúde da operadora

Descrição	2022	2021
Custo de ociosidade (i)	(5.635)	(9.668)
Prestação de serviços – Outros (ii)	(19.731)	(11.896)
(-) Dedução de despesas com prestação de serviços - outros	1.007	648
Outras despesas operacionais	(2.356)	(10.482)
Prestação de serviços - Hospitalar	-	(1.698)
Despesas com intercâmbio eventual - diferença de tabela	(762)	(1.188)
	(27.477)	(34.284)

(i) Custo por ociosidade dos recursos próprios da cooperativa segregado conforme preconiza normativa da agência reguladora;

(ii) Dispendios relacionados a prestação de serviços mencionada na nota 27.



29 Dispêndios/despesas administrativas

DESCRIÇÃO	2022	2021
Despesas com Administração e Conselhos (i)	(3.011)	(2.669)
Despesas com Pessoal (ii)	(23.977)	(20.488)
Despesas com Serviços de Terceiros (iii)	(4.022)	(3.749)
Despesas com Localização e Funcionamento (iv)	(3.140)	(2.606)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(1.974)	(1.724)
Despesas com Tributos (v)	(105)	(163)
Despesas Administrativas Diversas (vi)	(2.998)	(4.482)
Total	(39.227)	(35.881)

- (i) Honorários dos conselhos administração, diretoria executiva, conselho fiscal;
- (ii) Salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;
- (iii) Serviços de terceiros relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;
- (iv) Utilização e manutenção das instalações da Cooperativa, tais como: energia, água, segurança, aluguéis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;
- (v) Despesas com tributos não incidentes sobre receita e resultado, tais como: taxas, IPVA, licenças, entre outros;
- (vi) Despesas não classificadas anteriormente, tais como: Rates do Cooperado, Contribuições e Donativos, Despesas Judiciais, Multas Administrativas - ANS, entre outros.

30 Resultado financeiro líquido

DESCRIÇÃO	2022	2021
Receitas Financeiras	20.252	9.497
Receitas com aplicações financeiras	17.419	7.067
Receitas por recebimento em atrasos	1.269	1.178
Receitas com crédito tributário	28	60
Receitas com depósitos judiciais e fiscais	1.332	145
Receitas financeiras diversas	204	1.047
Despesas Financeiras	(4.974)	(2.240)
Despesas com aplicações financeiras	(16)	-
Despesas Financeiras com Operações com Assistência a Saúde	(906)	92
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	-	(38)
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	(3.106)	(1.341)
Despesas Financeiras Diversas	(946)	(953)
Resultado Financeiro Líquido	15.278	7.257



31 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

Provisão IRPJ e CSLL	2022	2021
(=) Lucro Antes dos Impostos	12.027	27.685
(+) Adições (Exclusões) Permanentes	12.805	11.452
(+) Adições (Exclusões) temporárias	(255)	719
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo (i)	(9.716)	(4.481)
Base de cálculo	(14.861)	(19.995)
IRPJ = 15% + (10% o que for superior a R\$ 240.000) – PAT (ii)	(3.565)	(4.827)
(+/-) IRPJ - Provisão/Reversão (iii)	832	-
Total IRPJ	(2.733)	(4.827)
CSLL = 9%	(1.338)	(1.800)
(+/-) CSLL - Provisão/Reversão (iii)	307	-
Total CSLL	(1.031)	(1.800)

- (i) Os critérios para apuração de atos cooperativos estão elencados abaixo;
- (ii) Foi deduzido do IRPJ o valor de R\$ 89 (R\$ 119 em 2021), relativo a deduções de incentivos fiscais ao PAT. A cooperativa realizou destinação de parte do IRPJ devido, sendo R\$ 17 (R\$ 28 em 2021), ao Fundo dos Diretos da Criança e do Adolescente do município de Presidente Prudente, e R\$ 20 (Em 2021 não houve destinação) como incentivo à cultura através Lei Rouanet;
- (iii) A cooperativa possui provisão de para IRPJ e CSLL conforme mencionado na nota nº 23, sendo que o impacto no ano foi de reversão no montante de R\$ 831 e R\$ 307 respectivamente. O recolhimento ocorreu de acordo com a apuração do ano, não deduzindo a reversão da provisão.

32 Transações com partes relacionadas

A Cooperativa considera como partes relacionadas às pessoas ou as entidades que estão relacionadas com a Unimed Prudente, considerando as premissas do CPC 05 (R1) Divulgação Sobre Partes Relacionadas, que considera principalmente como influência significativa, membros do corpo administrativo, entidades coligadas, controladas e empresas de um mesmo grupo econômico.

Nesse sentido, as demais entidades integrantes do sistema Unimed (Intercâmbio) não são consideradas partes relacionadas.



As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente por seus cooperados, que compreendem:

Descrição	2022			2021		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Conta Corrente com Cooperados (Ativo)	301	-	-	348	-	-
Conta Corrente com Cooperados (Passivo)	-	1.202	-	-	1.420	-
Passivo Tributário a Receber de Cooperados (IN-20)	1.629	-	-	2.379	-	-
Remuneração dos administradores e conselhos	-	-	1.995	-	-	1.831
Produção Médica	-	-	127.898	-	-	108.841
Benefícios a Cooperados (i)	-	-	9.996	-	-	9.218

(i) Produção médica complementar e cédulas pagas por participação em eventos.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.



33.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2022	2021
Disponível	6	688	654
Aplicações financeiras	7	146.213	145.781
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	11.464	11.033
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	9	3.599	2.202
Bens e títulos a receber	10	10.305	5.971
Títulos e Créditos a Receber	11	9.337	9.337
Conta corrente com cooperados	13	1.930	2.728
		183.536	177.706



b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

33.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possui, aproximadamente, 36% (33% em 2021) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.



34 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	7.124	12.064
Ajustes		
Aumento dos investimentos	(466)	(653)
Depreciações e amortizações	694	688
Resultado na alienação de bens	54	4
Provisão para perdas sobre créditos	335	2.367
Juros sobre empréstimos	-	38
Provisões para ações judiciais	2.569	3.264
Varição das provisões técnicas	1.768	2.697
	<u>12.078</u>	<u>20.469</u>
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações livres	2.823	3.816
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(3.255)	444
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(619)	(4.802)
Créditos de operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(1.505)	(608)
Créditos tributários e previdenciários	(656)	(171)
Bens e títulos a receber	(4.373)	142
Despesas antecipadas	(41)	(1)
Conta corrente com cooperados	798	8.975
Depósitos judiciais	(3.325)	1.872
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	(147)	25
	<u>(10.300)</u>	<u>9.692</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Eventos/ sinistros a liquidar	(379)	469
Contraprestações a Restituir	38	8
Receita Antecipada de Contraprestações	809	-
Comercialização sobre Operações	23	(5)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	(321)	180
Débitos com operações de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	491	629
Tributos e encargos sociais a recolher	(98)	(10.978)
Débitos diversos	5.357	2.184
Conta corrente com cooperados	(218)	83
	<u>5.702</u>	<u>(7.430)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>7.480</u>	<u>22.731</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		
Participações sobre o lucro		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	<u>7.480</u>	<u>22.731</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	<u>7.480</u>	<u>22.731</u>



35 Cobertura de seguro

A cooperativa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

ITENS	TIPO DE COBERTURA	VALOR SEGURADO
Imóveis	Incêndio, danos materiais, elétricos, roubo, furto, quebra de vidros, raios, explosão	19.135
Veículos (i)	Casco, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, danos morais	900
Diretoria	Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	50.000
Judicial para Execução Fiscal	Execução Fiscal nº 0005406-77.2000.4.03.6112	11.085

(i) As coberturas para os cascos dos veículos estão vinculadas a 100% da tabela Fipe e o valor do seguro está considerando as demais coberturas.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis (10/02/2023), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NILVA GALLI
DIRETORA PRESIDENTE

JOÃO ALBERTO ARTONI
DE CARVALHO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

RAFAEL BATALHOTI CAMPOS
CONTADOR
1SP268357/O-7

FUNCIONAL HEALTH TECH
SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA
ATUÁRIO
CIBA 098



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DA UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022.**

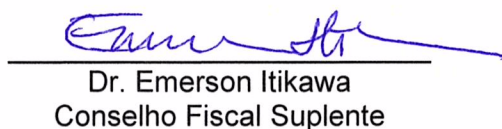
O Conselho Fiscal da Unimed de Presidente Prudente Cooperativa de Trabalho Médico, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Sobras e Perdas, Relatório da Administração, Notas Explicativas, todos os seus documentos e saldos figurantes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório dos auditores independentes emitido pela Moore Prisma Auditores e Consultores.

Assim sendo, a avaliação deste conselho é pela aprovação da Assembleia Geral Ordinária, sendo o que se recomenda.

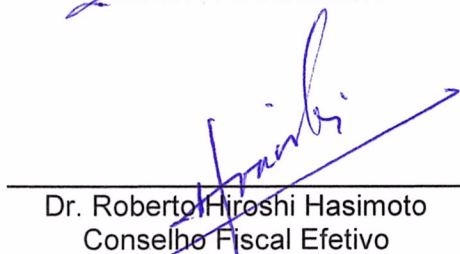
Presidente Prudente, 01 de março de 2023.



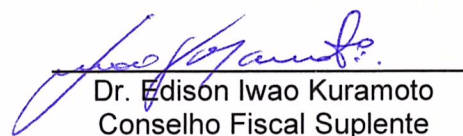
Dr. Ademar Anzai
Conselho Fiscal Efetivo



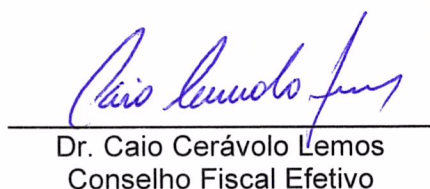
Dr. Emerson Itikawa
Conselho Fiscal Suplente



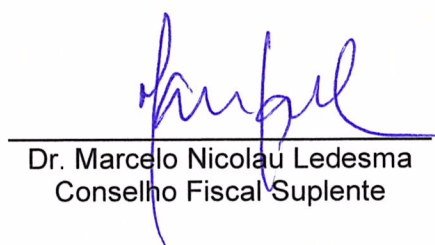
Dr. Roberto Hiroshi Hasimoto
Conselho Fiscal Efetivo



Dr. Edison Iwao Kuramoto
Conselho Fiscal Suplente



Dr. Caio Cerávolo Lemos
Conselho Fiscal Efetivo



Dr. Marcelo Nicolau Ledesma
Conselho Fiscal Suplente